

# Os crimes de *Wursten & Companhia*: empreendedores escravistas de língua alemã no Brasil (1808-1888)\*

*The crimes of Wursten & Company: German-speaking  
slaveholding entrepreneurs in Brazil (1808-1888)*

André Nicacio Lima\*\*

**Resumo:** O artigo discute os grandes negócios escravistas de imigrantes de língua alemã no Brasil do século XIX, particularmente o caso do suíço-alemão Rodolpho Wursten. Estabelecido primeiramente no Rio de Janeiro como negociante, em seguida como senhor de engenho em Paraty e por fim como grande exportador de café em Santos, sua trajetória ilumina aspectos relevantes das relações entre a escravidão brasileira, os portos hanseáticos e a Suíça. Também são apresentados e debatidos casos de indivíduos de língua alemã envolvidos em grandes negócios nas províncias do Rio de Janeiro e da Bahia, procurando destacar as regularidades e as conexões que existiam entre imigração de língua alemã e empreendedorismo escravista no Brasil imperial.

**Palavras-chave:** Escravidão. Tráfico de escravos. Colonialismo. Suíça. História Global.

**Abstract:** The article discusses the large slave businesses of German-speaking immigrants in 19<sup>th</sup> century Brazil, particularly the case of the Swiss-German Rodolpho Wursten. First established in Rio de Janeiro as a merchant, then as plantation owner in Paraty, and, finally, as a major coffee exporter in Santos, his life trajectory sheds light onto relevant aspects of the relationship

\* Submissão: 17/09/2024 | Aprovação: 13/11/2024 | DOI: 10.29182/hehe.v27i3.1029

\*\* Pesquisador associado sênior do projeto “Moral and economic entrepreneurship: A collaborative history of global Switzerland (1800-1900)” da Universidade de Lausanne | E-mail: andrenicacio@gmail.com



between Brazilian slavery, the Hanseatic ports and Switzerland. Cases of German-speaking individuals involved in big business in the provinces of Rio de Janeiro and Bahia are also presented and discussed, seeking to highlight the regularities and connections that existed between German-speaking immigration and slave entrepreneurship in imperial Brazil.

**Keywords:** Slavery. Slave trade. Colonialism. Switzerland. Global History.

**JEL:** N76. F54. N36. N56.

## Introdução

Na noite de 18 de fevereiro de 1877, o porto de Santos, em São Paulo, foi cenário de um dos maiores roubos da história do Brasil. Agindo segundo um plano complexo e bem-executado, ladrões levaram 180 contos de réis que estavam guardados no cofre da Alfândega para envio ao governo. Esse dinheiro era fruto da arrecadação fiscal portuária, num montante então suficiente para comprar mais de cem pessoas escravizadas. Na manhã seguinte, o tesoureiro-geral da Alfândega, major Antonio Eustachio Largacha, foi preso como principal suspeito, dando início a uma investigação cheia de reviravoltas e trocas de acusações. O advogado de defesa do major Largacha foi o célebre abolicionista Luiz Gama, conhecido por ter atuado em centenas de casos em favor da liberdade de africanos ilegalmente introduzidos no Brasil após 1831, quando o tráfico transatlântico havia sido proibido por lei nacional. Na versão do advogado, e também na de grande parte dos jornais, os autores do roubo eram o empreiteiro Luiz Manoel de Albuquerque Galvão, responsável por obras que eram então realizadas no prédio da Alfândega, e seu sócio Rodolpho Wursten, negociante suíço-alemão e correspondente, na cidade de Santos, do *Jornal do Commercio*, um dos principais da capital do Império. A mala com o dinheiro roubado teria sido embarcada para o Rio de Janeiro numa bagagem em nome do alemão Guilherme Kroulein, procurado pessoalmente por Luiz Gama em Rio Claro (SP) por ser considerado testemunha-chave no processo. Porém, apesar de terem sido ouvidas mais de 190 testemunhas, o crime nunca foi solucionado pela justiça. Wursten chegou a ser indiciado pelo roubo em 1878 e pronunciado no ano seguinte, mas o processo foi encerrado em 1881 sem que fossem estabelecidos os culpados.<sup>1</sup>

Caso a trajetória de Rodolpho Wursten no Brasil se resumisse à suspeita de ter praticado um dos maiores roubos do século, ela poderia ser muito instigante, mas interessaria pouco ao entendimento da história da imigração alemã no Brasil, que é objeto desta publicação. Afinal, trata-se de evento idiossincrático, ponto fora da curva em trajetórias coletivas teuto-brasileiras nas quais predominam famílias de pequenos proprietários rurais e de trabalhadores assalariados ou submetidos ao sistema de parceria,

---

<sup>1</sup> Sobre o roubo da Alfândega de Santos, ver Gama (2021). O processo foi amplamente noticiado pela imprensa brasileira, incluindo os veículos redigidos em idiomas estrangeiros publicados no país.

muito distantes dos holofotes da crônica policial e do acúmulo de imensas fortunas.

Porém, observado ao longo de três décadas, o caminho ascendente de Wursten no Brasil possui também regularidades com relação a outras trajetórias. Como veremos neste artigo, a fortuna desse e de outros grandes negociantes de língua alemã no Brasil estava relacionada a crimes ainda maiores que o roubo da Alfândega. Crimes nos quais eram cúmplices tanto o Estado brasileiro quanto Estados europeus dotados de projetos coloniais, incluindo a insuspeita Suíça, de onde vinha Wursten.

O primeiro desses crimes, tipificado enquanto tal pelo tratado anglo-português de 1818 e por lei nacional em 1831, era o tráfico transatlântico de pessoas escravizadas, praticado massivamente pelas elites do Sudeste brasileiro ao longo de duas décadas. Trata-se, nas palavras de Luiz Felipe de Alencastro, do “pecado original da sociedade e da ordem jurídica brasileira”, dado o caráter sistemático do crime e da conivência das autoridades, que produziram resultados estruturais no país (Alencastro, 2010, p. 5-11). O segundo crime era a própria escravidão, que apesar de estritamente legal no Brasil imperial teve sua legitimidade questionada pelo parlamento da Suíça Federal em 1864. Naquela ocasião foi proposta a perda de cidadania pelos emigrados que haviam se tornado senhores de escravos no Brasil – proposta esta recusada pelo governo suíço, que coerentemente persistiu defendendo os interesses escravistas de seus cidadãos de além-mar (Bundesblatt, 1864).<sup>2</sup>

Rodolpho Wursten, que possuiu dezenas de indivíduos escravizados – sendo ao menos metade deles ilegalmente traficados da África após 1831 – já era um rico empreendedor escravista quando acusado pelo roubo da Alfândega. Como veremos, sua trajetória no Brasil teve início no lugar de simples funcionário contábil de uma firma teuto-portuguesa de comércio internacional, mas ele rapidamente ascendeu a sócio da firma, senhor de engenho em Paraty e a grande exportador de café em Santos, no exato momento em que a produção do Oeste paulista e a construção de ferrovias transformaram esse porto, até então muito modesto, num porto global.

<sup>2</sup> Bundesblatt Nr. 53; BB |1864 | 230 Bericht des Bundesrates an den h. Nationalrat, betreffend Strafbestimmungen gegen Schweizer in Brasilien, welche Sklaven halten. (Vom 2. Dezember 1864.) Disponível em <[https://www.fedlex.admin.ch/eli/fga/1864/3\\_230\\_/de](https://www.fedlex.admin.ch/eli/fga/1864/3_230_/de)> (último acesso em 25 de fevereiro de 2023).

Não se trata de uma trajetória isolada. Assim como Wursten, empreenderam grandes negócios sustentados em mão de obra escrava no Brasil nomes como Frohlich, Precht, von Steiger, von May, Jezler, Trümpy, Keller, entre outros. Além destes, muitos foram os pequenos e médios senhores, incluindo muitos colonos. Geralmente encarados como fundamentais à superação do regime escravista, os colonos pioneiros de Nova Friburgo (RJ) e de Leopoldina (BA) também foram agentes importantes de sua reprodução e ampliação.

A pesquisa documental que fundamenta esta análise dialoga com uma sólida bibliografia, desenvolvida desde o início dos anos 1970, focada na história “colonial” suíça (Nicoulin, 1973; Ziegler, 1985; 1988; Veyrassat, 1994; Schneider, 1997; Fluck, 2004; Fässler, 2005; David, Etemad e Schaufelbuehl, 2005; Purtschert e Fischer-Tiné, 2015; Barros e Lima, 2021; Bartoletti, 2023; Barros, 2025 – no prelo). Essa historiografia examina o envolvimento de personalidades, oficiais militares, negociantes, proprietários de plantações, colonos, agentes do Estado e naturalistas suíços com o comércio de produtos coloniais, a exploração da força de trabalho de pessoas escravizadas e a perpetuação e expansão do colonialismo europeu. A investigação é parte do projeto *Moral and economic entrepreneurship: a collaborative history of global Switzerland (1800-1900)*, coordenado por Bernhard Schär e sediado na Universidade de Lausanne. O projeto coloca em colaboração pesquisadores de quatro continentes, que aprofundam e conectam os conhecimentos acerca da atuação transimperial da Suíça durante o século XIX, em espaços como Mangalore, na Índia Britânica; Lesotho, no Sul da África; Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, no Império do Brasil. Este artigo foi elaborado no âmbito desse projeto mais amplo, inserido no subprojeto dedicado ao estudo das relações comerciais, sociais e políticas entre o Brasil, a Suíça e suas redes continentais europeias no século XIX.

A estratégia de investigação seguiu um planejamento em diferentes etapas. Primeiramente, foi realizado um mapeamento da presença demográfica e comercial dos suíços no Brasil a partir de fontes seriadas (censo, relações de imigrantes, matrículas de comerciantes, hemeroteca digital) e bibliografia, resultando na elaboração de instrumentos de pesquisa como relações nominais, tabelas, gráficos e mapas. Com base nesse levantamento inicial, pude situar as áreas onde indivíduos, famílias e firmas suíças se

envolveram com maior sucesso em grandes negócios escravistas. Foram delimitadas como áreas de maior interesse a cafeeicultura do Vale do Paraíba, a produção de açúcar, café e cacau no Sul da Bahia, a agroindústria tabagista de Salvador e Recôncavo Baiano e a cafeeicultura da província de São Paulo. Em seguida, pude consultar, digitalizar e compartilhar com os parceiros do projeto um volumoso *corpus* documental disponível em instituições de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, incluindo fontes de natureza variada. Simultaneamente, esses membros do projeto têm compartilhado resultados de suas pesquisas em arquivos de diversos países, possibilitando traçar as trajetórias de indivíduos, famílias, empresas e instituições que mantinham conexões para além das fronteiras nacionais. Por fim, a última etapa da investigação consistirá no aprofundamento da investigação nas trajetórias de dois suíços estabelecidos em Santos durante o século XIX e que acumularam imensas fortunas em negócios escravistas: o negociante e industrial franco-suíço Henrique Porchat, e o senhor de engenho e grande exportador de café suíço-alemão Rodolfo Wursten.

Este artigo propõe algumas conexões entre colonialismo, escravidão e imigração de língua alemã no Brasil escravista, a partir da trajetória de Rodolpho Wursten. Incluo no escopo do artigo algumas outras trajetórias de imigrantes de língua alemã envolvidos em grandes negócios nas províncias do Rio de Janeiro e da Bahia, procurando destacar as regularidades e as conexões que haviam entre imigração e empreendedorismo escravista.

Na primeira parte do artigo são estabelecidas as conexões entre o Brasil e projetos coloniais “marginais” na Europa, contextualizando o início das relações comerciais, diplomáticas e migratórias entre o Brasil e os poderes estatais dos povos de língua alemã – Suíça, Áustria, Prússia e cidades-Estado hanseáticas. Em seguida, apresento alguns casos de grandes negócios escravistas de imigrantes de língua alemã na Bahia e no Rio de Janeiro, articulados com os projetos de colonização que tiveram início a partir de 1818 nessas regiões. Na parte final, retomo a trajetória de Rodolpho Wursten e de sua ascensão até se tornar, no início da década de 1880, o maior exportador de café do porto de Santos e uma das principais lideranças no associativismo comercial da florescente economia agroexportadora paulista.

## 1. Concorrência e colaboração: colonialismo transimperial e os povos de língua alemã no Brasil

Dentre as perspectivas analíticas possíveis para o estudo da imigração alemã no Brasil, aquela com a qual minha investigação trabalha é a do estudo do colonialismo moderno como processo de expansão global a partir da Europa. Iniciada na época das navegações, essa expansão formou o mundo moderno como espaço organizado para produção de mercadorias de interesse para os poderes metropolitanos. Além de combaterem, firmarem alianças e submeterem povos de todos os continentes, esses poderes se confrontaram entre si numa dinâmica concorrencial durante toda a expansão, com guerras cada vez mais destrutivas e mundializadas por mercados e territórios. No século XIX, essa dinâmica já tinha passado por diferentes hegemonias e tinha como grande potência a Grã-Bretanha. Contudo, seria equivocado considerar esse sistema apenas em sua dinâmica concorrencial ou observar a atuação de cada metrópole isoladamente. Mais do que um colonialismo português, espanhol, holandês, francês ou britânico, trata-se de uma expansão que envolveu, de diferentes maneiras, toda a Europa Ocidental (Barth; Cvetkovski, 2015).

Exemplar quanto a isso é a pequena e insuspeita nação de onde veio Rodolpho Wursten. Ainda que a Suíça não tenha possuído formalmente colônias, a atuação desse país no colonialismo europeu foi sistemática e fundamental para sua história econômica, social, política e cultural. Nesse sentido, importa ressaltar que a Suíça forneceu, desde o século XVIII, cerca de 7,6 mil mercenários às Índias Orientais holandesas, que alguns de seis empresários lucraram imensamente com o tráfico transatlântico e com diversos grandes negócios escravistas nas Américas, e que organizações suíças exerceram poder em espaços coloniais do Império Britânico na Ásia e na África durante o século XIX (Schär, 2015).

Evidentemente, nem todos os poderes que organizavam a espoliação colonial do mundo se encontravam na Europa. Enquanto a Suíça do século XIX é um caso de colonialismo sem colônias, o Brasil da mesma época é um caso de internalização de práticas coloniais por um Estado independente. Desde 1808, o poder que organizava a exploração econômica, dominação política e imposição cultural sobre povos colonizados e escravizados nessa parte da América não era mais exercido desde Portugal. A partir da Independência e da fundação do Império do Brasil, em 1822,

o colonialismo europeu transimperial atuou diretamente em associação com um Estado nacional em formação, dotado de um regime político liberal, governado por elites que aspiravam à integração ao “mundo civilizado”, europeu, branco e cristão. Um Estado imperial que garantiu segurança jurídica ao regime escravista por mais tempo que qualquer outra nação do continente (Mattos, 2005).

Nesse contexto, para os poderes estabelecidos na Europa de língua alemã, o Brasil não foi apenas destino migratório, mas também espaço de ampliação de negócios coloniais que por muito tempo não estiveram a seu alcance. Afinal, até 1808 o Brasil era quase inacessível aos europeus não portugueses, tanto em termos migratórios quanto de comércio direto. Restavam as relações mediadas por agentes estabelecidos em Portugal, que no caso da Suíça eram significativas desde o século XVIII por meio de grandes negociantes como David de Pury (1709-1786). Essa situação foi alterada radicalmente com o estabelecimento da Corte no Rio de Janeiro, a Abertura dos Portos e a transmigração para o Brasil de agentes diplomáticos e comerciais das “nações amigas”. Nessa nova conjuntura, as conexões entre partes do Brasil e poderes da Europa de língua alemã se deram por diversas vias, especialmente após o fim do domínio napoleônico da Europa continental, em 1814.

No caso da Áustria, o casamento entre o príncipe Dom Pedro e a princesa Leopoldina atraiu para a antiga colônia portuguesa interesses oficiais e particulares de uma ampla área de língua alemã. Nesse sentido, importa destacar a atuação do Império Austríaco em projetos de mineração em Minas Gerais na primeira metade do século XIX, que eram parte de uma rede cada vez mais global de interesses coloniais dos Habsburgo (Bartoletti, 2023). No caso suíço, em 1818 tiveram início as experiências oficiais de estabelecimento de colônias de imigrantes não portugueses, primeiramente em Nova Friburgo e na Colônia Leopoldina, levando ao estreitamento de relações diplomáticas desde antes da Independência (posteriormente abaladas pela experiência de Ibicaba) (Davatz, 1941). Nos casos da Prússia e das cidades hanseáticas, tratados comerciais ligados ao reconhecimento da Independência assinados em 1827 consolidaram as conexões comerciais entre a agroexportação escravista do Brasil e os Estados alemães, que passavam pelo processo de industrialização. Havia interesse em acessar os produtos coloniais e escoar manufaturados, em-

bora entre as aspirações e a prática se interpusesse o pesado domínio britânico do comércio marítimo. Ainda assim, vale destacar que de 1835 a 1840 as exportações do Brasil para a Liga Alemã, via Hamburgo, Bremen, Trieste e Fiume ultrapassavam o montante das exportações para a Inglaterra (Lenz, 2014).

Não eram apenas os empreendimentos econômicos que aproximavam o Brasil aos povos de língua alemã. Na década de 1820, a Guerra de Independência e os conflitos no Prata levaram ao engajamento de militares estrangeiros, incluindo soldados e oficiais alemães, prática que foi reiterada em conflitos posteriores. Na mesma época, indivíduos de língua alemã exerceram influência significativa na vida cultural do país, como é o caso do naturalista bávaro Carl Friedrich Philipp von Martius, do botânico berlinense Ludwig Riedel e do editor suíço-alemão Georges Leuzinger.<sup>3</sup> Portanto, é num quadro complexo e dinâmico de relações comerciais, diplomáticas, militares, científicas e culturais que são fundadas as primeiras colônias de imigrantes de língua alemã no Brasil. Um quadro marcado por conexões transimperiais visando a participação de poderes europeus na expansão colonialista ao redor do mundo. Trata-se, evidentemente, de poderes marginais diante dos vigorosos projetos coloniais das grandes potências, mas nem por isso menos relevantes na formação de um mundo violentamente organizado a partir da Europa.

Após a Independência, o Brasil se manteve direta e permanentemente conectado com os mais diversos Estados europeus. Podemos observar a multiplicidade dessas conexões tanto em termos migratórios quanto na atuação econômica de indivíduos e empresas que investiram e financiaram grandes e pequenos empreendimentos no país. Quanto à população, o primeiro Censo nacional do Brasil, de 1872, registrou a presença de 40 mil alemães, 8,2 mil italianos, 6,8 mil franceses, 4 mil espanhóis, 3,3 mil ingleses, 2,4 mil suíços, 814 austríacos, 569 holandeses, 486 belgas, 223 dinamarqueses, 179 suecos, 134 gregos, 98 russos e 24 húngaros (Brasil, 1874).

---

<sup>3</sup> O primeiro produziu, além das contribuições fundamentais às ciências naturais, a mais influente proposta de escrita de uma história nacional no Brasil do século XIX, num texto fundador dos debates acerca da categoria “raça” no país; o segundo foi diretor da seção de botânica do Museu Nacional, e Chefe das Matas e Jardins da Corte Imperial, além de membro da Expedição Langsdorff; o terceiro foi um dos mais importantes pioneiros dos mercados de impressões e de fotografias.

No que diz respeito aos negócios, uma listagem de comerciantes matriculados em diversos portos do Brasil entre 1868 e 1888 incluiu indivíduos e firmas de 12 nacionalidades europeias, que atuavam nos mais diversos setores (APEB, 1868-1888).<sup>4</sup> Assim como nos dados populacionais do Censo, os alemães ocupavam o segundo lugar entre os europeus no registro de comerciantes, perdendo apenas para os portugueses (que, nesse caso, superam até mesmo os brasileiros). Percebe-se, nessa fonte, a presença alemã em negócios diversificados nas várias regiões do Brasil, de São Luiz a Pelotas, de Recife a Corumbá.

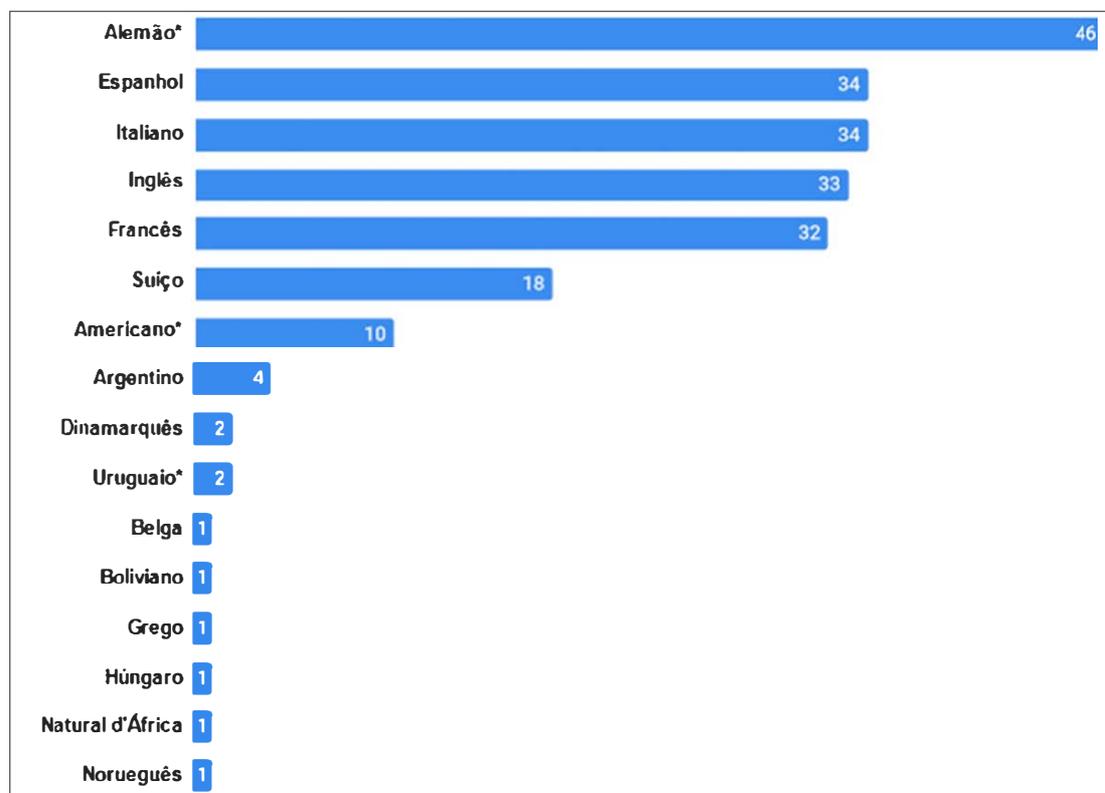
Nesta investigação, foi o trabalho com a matrícula que permitiu um primeiro mapeamento de comerciantes suíços estabelecidos no Brasil na segunda metade do século XIX. A partir do cruzamento dessa listagem com outras fontes foi possível descobrir os negócios de Rodolpho Wurs-ten, matriculado em Santos, em 1870, com “comércio de comissões”, anos antes de ser acusado pelo roubo da Alfândega.<sup>5</sup> Ainda que não seja possível, nos limites da investigação, aprofundar da mesma maneira o estudo dos demais comerciantes de língua alemã, vale fazer alguns apontamentos sobre como aparecem na matrícula.

---

<sup>4</sup> Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) – Acervo Colonial/Provincial, Junta Comercial, Registro de Comércio (1868-1888), Livro 31. 80/43. O livro manuscrito tinha a finalidade de listar os comerciantes autorizados a negociar em portos marítimos brasileiros, fornecendo dados básicos sobre indivíduos e firmas.

<sup>5</sup> As fontes utilizadas no cruzamento diferem no caso de cada comerciante analisado, incluindo acervos físicos e digitais brasileiros. Destes, o que mais trouxe resultados foi a pesquisa por verbetes na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

**Gráfico 1 – Origem dos comerciantes estrangeiros estabelecidos no Brasil, segundo a matrícula, 1868-1888 (exceto portugueses)**



Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) – Acervo Colonial/Provincial – Junta Comercial – Registro de Comércio (1868-1888) Livro 31. 80/43.

(\*) Alemão inclui “Alemão”, “Hamburguês” e “Prussiano”; Americano inclui “Americano” e “Nor-te-Americano”; Uruguaio inclui “Uruguaio” e “Oriental”.

O documento lista 44 “alemães”, além de um “prussiano” e um “hamburguês”, ambos com matrícula em 1868, portanto antes da unificação. As cidades de registro dos alemães estavam no Rio Grande do Sul (18), na Corte (15), em São Paulo (6), no Paraná (2), no Mato Grosso (2), em Santa Catarina (1) e no Ceará (1), além de um indivíduo sem informação de local. O comércio de importação e exportação predominava como ramo de negócio, seguido pelo comércio no atacado e varejo de tecidos e de outros manufaturados. Consta da listagem também uma fábrica de vinagre e bebidas de propriedade de Ludwig Mack.<sup>6</sup>

<sup>6</sup> Anos depois, em 1888, em sociedade com um suíço e um alemão naturalizado, ele se tornaria fundador da Cervejaria Brahma, uma das maiores do Brasil ao longo do século XX e que atualmente é uma das marcas da multinacional Anheuser-Busch InBev, que controla cerca de 20% do mercado mundial de cervejas.

Já entre os 18 suíços, 5 eram proprietários de fábricas, incluindo grandes indústrias escravistas dos setores tabagista e de curtumes. Os negócios suíços estavam na Corte (9) e nas províncias de São Paulo (2), Pernambuco (2), Ceará (2), Piauí (1), Maranhão (1) e Rio Grande do Sul (1).

A diferença na distribuição dos comerciantes alemães e suíços tem correlação com a distribuição dos imigrantes, que é muito diferente para as duas nacionalidades. Segundo o Censo de 1872, 69% dos imigrantes alemães do país estavam nas províncias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, enquanto 70% dos suíços estavam no Rio de Janeiro ou em São Paulo.

A partir de fontes seriadas como a matrícula de comerciantes, é possível realizar o cruzamento nominativo com outros documentos. Essa etapa foi realizada ao longo dos anos de investigação para os suíços, mas apenas preliminarmente, no decorrer da escrita deste artigo, para os demais imigrantes de língua alemã. Observe-se que era muito comum que um mesmo indivíduo fosse referido em diferentes documentos ora como suíço, ora como alemão ou francês, a depender do idioma nativo. Mais do que um erro de quem produziu as fontes, trata-se de identidades que podiam coexistir e que estavam em construção nos próprios territórios de origem desses imigrantes.

Um caso interessante nesse sentido é o do suíço-alemão George Jacob Brunnschweiler, estabelecido no porto de Aracaty, no Ceará, e matriculado no porto de Recife nos anos de 1869 e 1870. Natural do Cantão da Turgóvia, na fronteira entre Suíça e Alemanha, ele atuou como vice-cônsul de diferentes países europeus no Ceará ao longo dos anos, incluindo a Grã-Bretanha, a Suécia e a Noruega. Calvinista seguidor de Zwinglio, no Brasil se converteu ao catolicismo em cerimônia pública no ano de 1868, tendo como paraninfo da cerimônia o vice-presidente da província do Ceará. Em 1871 recebeu o título de cavaleiro da Ordem da Rosa e naturalizou-se brasileiro dez anos depois (Santos, 1917; Bezerra, 2013). Como se percebe, trata-se de uma trajetória perpassada por diferentes identidades políticas e religiosas, e também por conexões transimperiais que envolvem diversos poderes estatais, irredutíveis ao par Suíça-Brasil.

Mais do que isso, uma notícia publicada no periódico *O Cearense*, de 14 de março de 1871, permite conhecer a identificação de Brunnschweiler

com a Alemanha recém-unificada. No contexto da derrota francesa na Guerra Franco-Prussiana, o redator do jornal afirma que, no Ceará,

O fato da rendição de Paris causou uma dolorosa impressão, na maior parte da população, que tem uma grande predileção pela nobre nação francesa. Nesse dia o suíço G. Jacob Brunnschweiler fez subir ao ar algumas dúzias de foguetes. Na ocasião justamente em que se ouvia estourar as bombas, lia eu um jornal, que na Suíça produzira geral indignação a notícia do bombardeio de Paris, e que alguns jornais de maior importância pediam ao governo para mandar um exército em auxílio da França. É que os suíços de lá não pensam como os de cá. (*O Cearense*, 14 de março de 1871)

Apesar do juízo enviesado do redator sobre os posicionamentos dos suíços “de lá e de cá”, na prática eles estavam divididos e frequentemente polarizados tanto lá quanto cá. Ao soltar fogos de artifício para comemorar a queda de Paris, o suíço-alemão podia estar expressando valores políticos, identificação com o projeto de um Império Alemão ou simplesmente desprezo pela França, no contexto de uma elite cearense que tinha “predileção pela nobre nação francesa”. Seja como for, Brunnschweiler exemplifica bem a articulação entre diferentes poderes políticos, interesses comerciais e identidades nacionais e religiosas. Importa ressaltar que a atuação de agentes consulares naquele contexto era indissociável da atividade como agente comercial, sendo ele um empresário com comércio de produtos manufaturados europeus e investidor na navegação a vapor e na modernização do porto de Aracaty (Bezerra, 2013). Por outro lado, a obtenção de título nobiliárquico brasileiro, a conversão ao catolicismo, a naturalização e a atuação em associações comerciais e filantrópicas brasileiras apontam para a adesão e integração desse imigrante abastado a valores e práticas das elites do país onde se estabeleceu.

Nesse caso, seu principal negócio era a importação de manufaturados europeus. Quanto a isso, observe-se que o comércio colonial tem um papel de produção e reprodução de elites sociais dos dois lados do Atlântico. De um lado, a europeização dos costumes via importação de manufaturados foi central para a afirmação do lugar social das elites brasileiras. De outro lado, na Alemanha e na Suíça “as práticas de distinção cultural

e o *habitus* aristocrático-patriarcal permanecem irreconhecíveis se negligenciarmos o consumo conspícuo de produtos ‘exóticos’, como açúcar, chocolate ou laranjas.” (Barros e Schär, 2024).

Apesar da importância do comércio internacional entre os negócios alemães e suíços no Brasil, o aspecto que mais nos interessa no mapeamento de seus empreendimentos é sua vinculação direta à reprodução do regime escravista. Nesse sentido, começemos por observar que as duas principais áreas onde negócios escravistas desses imigrantes prosperaram foram também aquelas onde se desenvolveram os primeiros projetos de estabelecimento de colônias de imigrantes estrangeiros no Brasil.

## 2. Colonialismo e colonização em Leopoldina e Nova Friburgo

Em sua etimologia de origem latina, “colônia” tem o sentido de povoação agrícola que se estabelece em nova terra, “descoberta ou conquistada”, nos termos de um dicionário português do início do século XVIII (Bluteau, 1712-1728). Contudo, a crise e desagregação dos impérios europeus nas Américas (1776-1825) foi acompanhada por uma ressignificação crítica do termo, que passou a designar também um processo de exploração econômica e dominação política de uma “metrópole” sobre suas “colônias”. É assim que na época da Independência do Brasil havia “uma tensão entre uma concepção antiga, baseada na noção de povoamento, e uma concepção moderna, caracterizada pela exploração comercial dos territórios colonizados” (Fanni, 2015, p. 32). Essa ambiguidade semântica fazia com que os mesmos dirigentes políticos que lideraram a ruptura do Brasil com o “triste estado de colônia” de Portugal fossem simultaneamente entusiastas da criação de “colônias” de imigrantes europeus no país e formuladores de políticas que receberam, ao longo do período imperial, o nome de “colonização”.

Ainda que se trate de sentidos distintos, é preciso observar que as colônias de imigrantes não estavam alheias ao colonialismo enquanto processo de expansão das relações capitalistas desde a Europa.

Para os poderes que organizaram a fundação de colônias de imigrantes europeus durante o século XIX, tratava-se não apenas de estabelecer povoação em “nova terra”, ou seja, à margem das áreas já ocupadas e or-

ganizadas por luso-brasileiros. O sentido dessa “colonização” era também o de valorização comercial e, em diversos casos, imposição política e cultural sobre populações racializadas que já habitavam esses territórios, tendo como objetivo a reprodução de uma sociedade voltada à produção de mercadorias para o mercado internacional. Esse sentido colonialista também se fazia presente em outras aplicações do vocábulo, ligadas à generalização das instituições disciplinares. Seja no Brasil imperial, seja na Europa e em seus domínios ultramarinos, surgiram ao longo do século XIX colônias penais, colônias agrícolas para os miseráveis, colônias militares, entre outras.

O estabelecimento de colônias de imigrantes ocorreu nesse contexto de interesses voltados para a valorização comercial do território, a expansão da área sob controle do Estado, a imposição de um projeto civilizatório com tendências europeizantes e embranquecedoras, e a disciplinarização das classes trabalhadoras. Já durante a formulação do primeiro projeto imigratório de europeus não portugueses, o de Nova Friburgo, as elites luso-brasileiras o pensaram tanto como alternativa para o tráfico transatlântico de pessoas escravizadas, que era alvo da pressão britânica, quanto como projeto de europeização e embranquecimento da sociedade. Na Assembleia Constituinte de 1823, a comissão parlamentar de colonização que discutiu a criação de uma colônia alemã em Ilhéus, Bahia, pensava sua função como sendo a de elaborar “um plano que satisfizesse ao fim do aumento da população de homens brancos e civilização e catequização dos índios selvagens” (Pozo, 2010, p. 41). Como se percebe, a resignificação crítica da colonização na época da Independência não implicou uma ruptura com os mecanismos de expansão colonialista, mas sua internalização. Como demonstrou Giralda Seyferth, ainda que o vocabulário e as ideologias do chamado “racismo científico” não tivessem se firmado na cultura das elites brasileiras, a questão racial estava subjacente ao imigrantismo nessas experiências pioneiras (Seyferth, 2002).<sup>7</sup>

A política de criação de colônias agrícolas de imigrantes europeus foi primeiramente prevista por Dom João VI quando da transferência da Corte para o Rio de Janeiro, em 1808. Ela se baseava na concessão de sesmarias e foi complementada com decretos e regulamentações que vi-

<sup>7</sup> Sobre a defesa do “branqueamento” em épocas anteriores à do “racismo científico”, ver Hofbauer (2007).

savam a uma colonização dirigida e subsidiada pela monarquia portuguesa, mas só foi realmente aplicada dez anos depois. Assim, em 1818, foram criadas as primeiras colônias na Bahia simultaneamente à formulação do projeto que resultou na fundação de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, efetivada dois anos depois (Lyra, 1982).

A primeira e mais duradoura experiência da Bahia foi a Colônia Leopoldina, fundada em Vila Viçosa em 1818, por iniciativa do cônsul hamburguês e de dois naturalistas de Frankfurt, tendo como primeiro administrador um naturalista suíço-alemão. Apesar de inicialmente o projeto da Colônia Leopoldina prever estabelecimentos agrícolas sem mão de obra escrava, já na década de 1820 ela se transformou num conjunto de lotes particulares voltados para a agroexportação escravista, principalmente de café.<sup>8</sup> Os colonos/colonizadores eram alemães, suíços e franceses, incluindo indivíduos que já estavam estabelecidos como produtores escravistas na Bahia na época da fundação, como Henri Borel, sócio de uma poderosa firma com amplos negócios coloniais no mundo atlântico: a Meuron & Cia.

A trajetória das famílias Borel e de Meuron na Bahia definitivamente não é a de colonos, mas a de colonizadores cujas origens encontramos em patriciados suíços com negócios transimperiais desde o século XVIII (Barros e Schär, 2024). Trata-se de famílias poderosas, com boas relações com os altos círculos de poder da monarquia luso-brasileira, em particular com o aristocrata Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta, que desde os primeiros anos do século XIX estabeleceu diversas grandes propriedades em Ilhéus, casando-se com a filha do maior traficante de escravos da Bahia, Antônio Cardoso dos Santos. Caldeira Brant teve um papel fundamental na colonização de língua alemã, atraindo para a região de Ilhéus investimentos e técnicos especializados de diferentes países europeus. Em 1813, importou os dois primeiros motores a vapor da Bahia e mandou construir uma estrada entre Ilhéus e Vitória da Conquista, que conectou a região às Minas Gerais. Desde 1817, possibilitou a aquisição de grandes fazendas por proprietários de Neuchâtel e de Berna, cidades cujos patriciados já atuavam em negócios coloniais a partir de agentes em Lisboa desde antes da Abertura dos Portos.

<sup>8</sup> À experiência da Colônia Leopoldina sucederam-se diversas outras na província da Bahia nas décadas seguintes, a maioria de existência efêmera (Carmo, 2010).

Primeiramente, Auguste Frédéric de Meuron, de Neuchâtel, e Gabriel von May, de Berna, fundaram na Bahia a fábrica de rapé *Arêa Preta*, que chegou a controlar dois terços da produção sul-americana do produto. Depois, em 1823, von May adquiriu a fazenda Victoria, em Ilhéus, dando início aos grandes negócios suíços de produção de cana-de-açúcar, café e cacau na região. A fazenda passou, em 1847, à propriedade de Ferdinand von Steiger, sobrinho de von May, ex-oficial do exército prussiano e membro de família patriciana de Berna, que se tornou também o maior senhor de terras de Ilhéus, após o casamento com a filha de outra família poderosa do Brasil, os Sá Bittencourt (Barros e Schär, 2024).

A fazenda Victoria teve um papel relevante no surgimento daquela que se tornaria uma indústria símbolo da Suíça até os dias atuais: o chocolate. Em seu princípio, as incipientes importações europeias de cacau provinham de produções coloniais do Caribe francês, da Venezuela e do Equador espanhol, do Suriname holandês e da Amazônia portuguesa (Pinoja, 2024). Já no século XIX, parte desse cacau passou a ser adquirido diretamente em propriedades de grandes senhores de escravos suíços e alemães estabelecidos no Sul da Bahia, incluindo antigos colonos da Colônia Leopoldina. Além de von May e de Steiger, foram cruciais nessas articulações as fazendas e empresas de outros senhores de escravos e negociantes suíços como Ferdinand Jezler, Jean Rodolphe Trümpy e Johann J. Keller. Ao deixar a Bahia, o cacau ingressava na Europa principalmente via Hamburgo, onde a partir de 1842 foi estabelecida a firma Jezler & Trümpy, sendo então encaminhado, por terra e pela navegação do Reno, até a Basileia, onde alimentava a nascente indústria suíça de chocolate (Pinoja, 2024).

Assim, as áreas agroexportadoras do Sul da Bahia, entre Ilhéus e Nova Viçosa, onde estava a Colônia Leopoldina, não foram apenas lugares onde colonos acabaram por se tornar senhores de escravos, desviando-se de seu papel de agentes da superação do regime escravista. Foram, isso sim, áreas onde o colonialismo transimperial organizado em conexão com cidades como Berna, Neuchâtel e Hamburgo produziu novos negócios escravistas de cacau e café, de grande escala, em conexão com a experiência imigratória da Colônia Leopoldina. Segundo Lucelinda Schramm Correa (2010), em 1848 a Colônia Leopoldina exportava 70 mil arrobas de café e tinha uma população de 130 pessoas livres, entre europeus e luso-brasileiros, e mais de 1000 pessoas escravizadas, entre africanos e afrodescendentes.

Também ligada a investimentos de imigrantes alemães e suíços, outra região da Bahia viu surgir imensos negócios agroindustriais ao longo do século XIX. Trata-se da produção tabageira do Recôncavo Baiano e de Salvador. Apesar de se manter numa posição secundária entre as mercadorias exportadas pelo Brasil, o tabaco foi um ramo bastante lucrativo, central para a economia da região, e passou pela industrialização e concentração de capitais ao longo do século. Segundo Jean Baptiste Nardi (2011), no final do século XIX a exportação era dominada pelo capital alemão, ao passo que a participação de suíços e alemães na indústria do tabaco passou de 28,9 % em 1857 para 50 % em 1900 e 74,6 % pouco depois de 1910. Famílias como Meuron, Borel, Poock, Dannemann e Suerdieck estiveram à frente dessas transformações, liderando a produção de tabaco e promovendo sua industrialização.

Deslocando agora a análise da Bahia para o Rio de Janeiro, observamos sobreposições semelhantes entre projeto de colonização europeia e grandes negócios escravistas articulados com os mercados do centro e norte da Europa, em especial dos povos de língua alemã. Além de concentrar, na Corte, a maior parte dos agentes comerciais e diplomáticos estrangeiros, o Rio de Janeiro foi a província onde se desenvolveu com mais força o principal ramo da agroexportação escravista do Brasil do século XIX. Como demonstraram Rafael Marquese e Dale Tomich (2009), na época da Independência o café era pouco mais que “uma aposta para o futuro”, mas rapidamente o avanço das plantações no Vale do Paraíba transformou profundamente a economia, a sociedade e a política do Império.

Em 1828, o Brasil já era o maior exportador mundial de café, condição que mantém até hoje. Principal riqueza comercial do Império, expandiu-se também, na segunda metade do século XIX, para o Oeste Paulista. Tornou-se o mais determinante setor da economia por um século. Com base nesse setor agroexportador, a elite senhorial sudestina – os *barões do café* – e os negociantes, políticos, burocratas, jornalistas e intelectuais a eles ligados foram a principal força política do país desde a primeira metade do século XIX até o início do século XX. Essas forças políticas foram determinantes, entre outras coisas, para a continuidade do regime escravista até 1888 e para a organização de uma política imigratória que fornecesse mão de obra barata diante da queda do regime escravista, política esta influenciada por teses eugênicas visando ao bran-

queamento da população, principalmente no período da Primeira República (1889-1930). A produção de café consumiu parte substantiva da mão de obra estrangeira em grande escala, primeiro ao ser a principal compradora dos 1,2 milhão de africanos traficados e escravizados no Brasil nos trinta anos que se sucederam à Independência; segundo, ao ser o mais importante destino dos cerca de 2,5 milhões de europeus que imigraram para o Brasil entre 1890 e 1914.

Segundo o censo de 1872, 70% dos 2243 suíços que viviam no Brasil naquele momento estavam no Rio de Janeiro (1098) ou em São Paulo (489). Os municípios em que eles estavam concentrados estavam diretamente ligados à expansão do café. Cantagalo no Rio de Janeiro, foi um dos mais importantes núcleos de expansão cafeeira no Vale do Paraíba, e concentrava sozinha 29% dos suíços residentes no Brasil. Enquanto isso, Nova Friburgo, que recebeu os primeiros suíços e se orgulha até hoje de ser, supostamente, a “Suíça brasileira”, representava apenas 3% desse total. A explicação para isso é simples: Nova Friburgo, ao contrário de Cantagalo, não era farta em terras propícias para a cafeeira. Para compreender esse processo, acompanhemos a trajetória inicial da colônia pioneira.

No contexto da monarquia luso-brasileira sediada no Rio de Janeiro desde 1808, a proposta partiu do negociante e diplomata, representante do cantão de Friburgo, Sébastien-Nicolas Gachet, e foi bem recebida pelo rei Dom João VI. Inicialmente, Gachet pediu ao rei que concedesse terras e apoio para a fundação de uma colônia de suíços em Santa Catarina, mas as terras foram concedidas na região serrana do Rio de Janeiro, conhecida como Morro Queimado. Em 1818, mesmo sem contar ainda com seus colonos, a Vila de Nova Friburgo foi fundada oficialmente por meio de um decreto real conhecido como Tratado de Colonização (Oliveira, 1816, p. 24). A região era mais próxima da Corte, pouco povoada e facilitaria o trânsito entre o núcleo cafeeiro que então surgia em Cantagalo e o porto de Macacu, onde o café era embarcado para o Rio (Marreto, 2014, p. 2). A questão racial está implícita no Decreto Real que autorizou o estabelecimento dos imigrantes, que alude à civilização e, principalmente, no artigo 18, que cria uma milícia de 150 suíços, capazes de empunhar armas, colaborando na manutenção dos regimentos portugueses de cor branca (Seyferth, 2002).

Gachet não foi inteiramente correto no seu compromisso. O convênio previa a instalação de 100 famílias, mas foram recrutadas 206, desequilibrando os recursos e acolhimento reservados aos novos colonos. Além dos poucos recursos que tiveram que ser divididos entre as famílias, o solo era pobre, íngreme e o clima era demasiado frio para certas culturas. Independentemente do perfil desses colonos suíços, que não vamos tratar aqui, o motor da sua empresa foi expresso por eles próprios no canto que compuseram ao deixar a Suíça: a “vantagem de ser burgueses para sempre” (Nicoulin, 1996, p. 13).

Segundo Rodrigo Marretto (2014), até o ano de 1831 esses colonos viveram sob um regime legal específico, que incluía o fornecimento, pelas autoridades locais, de sementes, animais e de um soldo durante os dois primeiros anos de estabelecimento dos estrangeiros. Ao chegarem ao Brasil, os primeiros colonos já encontraram construídos, além das casas, moinhos d’água, fornos, açougues e pontes. As cem primeiras casas de Nova Friburgo foram construídas especialmente para abrigar os colonos, por indígenas que viviam em aldeias controladas por autoridades coloniais na região. Ao visitar e retratar a colônia suíça de Cantagalo, próxima de Nova Friburgo, Debret comentou que “o governo tivera também o cuidado de mandar para aí certo número de escravos de ambos os sexos, destinados a serem repartidos entre as famílias suíças” (Marretto, 2014, p. 24). Evidentemente, tudo isso foi acessado com sucesso variável, no caso de cada família imigrante. As desigualdades entre eles eram imensas e a maioria não atingiu altas posições de riqueza, prestígio e poder. Contudo, mesmo os mais desprivilegiados estavam amparados da miséria por associações beneficentes suíças fundadas tanto em Nova Friburgo quanto no Rio de Janeiro, atuantes com financiamento internacional desde o início desta experiência pioneira.

O envolvimento dos colonos com a expansão da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba foi rápido. Os que tiveram condições deixaram Nova Friburgo e se dispersaram em três eixos: para a Corte; para a região de Cantagalo, onde o café já prosperava; e em direção a Macaé. Estes últimos instalaram-se em terras que lhes foram atribuídas pelo diretor da colônia, em 1821. Segundo a documentação dos arquivos da província e de uma carta escrita por Antoine Cretton de Martigny, essa atribuição houvera sido conferida aos colonos suíços que, ao ficarem sabendo da

existência de um quilombo na região, foram ao seu encontro. Os suíços denunciaram a sua existência e apropriaram-se das terras dos quilombolas, condenando seus habitantes a todo tipo de crueldades nas mãos das autoridades (Lima, 2013).

No Vale do Paraíba, os colonos rapidamente integraram o *ethos* senhorial e muitas famílias converteram-se em importantes cafeicultores e senhores de escravos. Na própria vila de Nova Friburgo, apesar da pobreza anunciada por Nicoulin, mais da metade da população era composta de escravizados. O padre suíço Jacob Joye, ao desembarcar no Rio, escreveu no seu diário: “Durante o dia não vimos senão negros, eles fazem todo trabalho. A maneira como são tratados me causou uma impressão extremamente sensível, tanto que não podia esperar o momento para voltar a bordo” (Joye, 1819, p. 26). A sensibilidade expressa pelo pároco aparentemente não durou. Dez anos depois, ele batizaria Filisbina Crioula, filha de Pedro e Maria, duas pessoas escravizadas pertencentes a ele.<sup>9</sup> A escravidão fazia parte do cotidiano de Nova Friburgo, inclusive os “escravizados de ganho” no espaço urbano.

Segundo Marretto (2014, p. 29), “a partir da década de 1830, os colonos estavam plenamente integrados à sociedade imperial, procuravam terras para o café, utilizavam o trabalho escravo e ocupavam cargos na administração da Vila”. Contudo, no que diz respeito à escala de seus negócios, a maioria dos suíços do Vale do Paraíba não se destacou entre os grandes fazendeiros ou entre os maiores exportadores de café. Seus concorrentes luso-brasileiro, mais bem integrados na sociedade colonial, tiveram mais sucesso. Nesse contexto, a maioria dos colonos do Vale do Paraíba tornou-se pequeno ou médio proprietário escravista, além de integrar as práticas de comércio e investimentos ligados à economia exportadora, principalmente na cidade do Rio de Janeiro. Foram os descendentes das famílias pioneiras, já articulados às elites luso-brasileiras dominantes, que colheram os maiores frutos desses negócios. Tornaram-se não apenas agentes econômicos de expansão da cafeicultura escravista, mas também seus defensores políticos.

A identificação de famílias pioneiras de Nova Friburgo com a defesa do regime escravista é perceptível numa petição de 1871, meio século

<sup>9</sup> Arquivo da Igreja de São João Batista de Nova Friburgo. Livro I de Batismo Fl. 192.

após a fundação da colônia, no contexto da discussão do projeto de Lei do Ventre Livre (IHGB, 1871).<sup>10</sup>

Entre os signatários estão dezenas de descendentes de colonos suíços e alemães de Nova Friburgo, incluindo Heinrich Dietrich, proprietário rural natural de Zurique que atuou como vice-cônsul da Suíça em Cantagalo e fundou uma Sociedade Filantrópica Suíça na cidade em 1857. Na lista, encontram-se famílias suíças como os Roth, os Cosandey e os Rimes de Fribourg, os Wermelinger e os Ludolf de Lucerna, os Dietrich de Zürich, os Lengruher da Argóvia, os Monnerat de Jura, os Chevrand de Genebra, os Jevaux de Valais, além de famílias alemãs como os Beauclair e os Kropf da Renânia, os Sauerbronn e os Beauclair de Hesse, os Scheiner e os Oberlander da Saxônia. Famílias de origem francesa, italiana e holandesa também aparecem no documento, ainda que em menor número (IHGB, 1871).

Argumentando em defesa de uma solução “parcial, cautelosa, sensata” e “dentro dos limites do maior respeito para com a propriedade existente”, os signatários pediam que a proposta fosse modificada “em suas bases fundamentais”. Protestavam principalmente contra a “intervenção da autoridade pública” no domínio dos senhores.

O que seria da independência dos agricultores, da tranquilidade das famílias, se a cada passo estivessem a ver entrar-lhes o recinto inviolável dos seus estabelecimentos agentes tantas vezes ignorantes e malévolos, sob o pretexto de proteção aos libertos da lei, e em nome de uma sindicância desmoralizadora para os senhores, e acoroçadora das mais absurdas pretensões para os escravos? (IGHB, 1871, p. 2)

As propostas de alteração na lei iam no sentido de não declarar os filhos de ventre escravo oficialmente livres desde o nascimento, mas apenas a partir dos 7 anos de idade, podendo então o senhor optar por indenização ou por receber os serviços do liberto até os 21 anos. Evitaria-se, assim, ao menos de imediato, “uma intervenção vexatória e desmoralizadora da autoridade” nos domínios senhoriais. Também era repudiada a possibili-

<sup>10</sup> Representação da comarca do Cantagallo contra a proposta do governo, relativo ao elemento servil, apresentada na câmara dos Srs, deputados pelo digno representante do 2º distrito da província do Rio de Janeiro, o Exm. Sr. Dr. Francisco Belizario Soares de Sousa.”. Arquivo do IHGB, coleção Senador Nabuco. DL 374.28

dade de o escravizado ter direito a acumular pecúlio para a compra da própria liberdade, pois, segundo os signatários, “o pecúlio do escravo deve ser pura e simplesmente uma liberalidade do senhor”. Além desses pontos, diversos artigos são recusados total ou parcialmente, pois “é necessário afastar toda intervenção da autoridade e dar toda força moral ao senhor ou patrono”. Por fim, os senhores de Cantagalo concluíam sua exposição afirmando que “a reforma do elemento servil – só e isolada – é uma dificuldade suprema em nossa ordem social”, e que, portanto, “é necessário promover a colonização”.

Abram-se todas as correntes de uma emigração larga, e espontânea, que se torne o mais cedo possível um elemento nacional, e uma vivificação ampla e forte de todas as energias da nossa sociedade, a emulação, o engrandecimento, e a maior produtividade do trabalho (IHGB, 1871, p. 2).

Considerando as leis emancipatórias um “inevitável, mas temeroso golpe” na lavoura, e apresentando-se como homens “acostumados ao mais profundo respeito às instituições de seu país”, os senhores de Cantagalo que assinaram o documento estavam, na realidade, entre os responsáveis pelo verdadeiro crime do século. O tráfico transatlântico clandestino praticado massivamente no Vale do Paraíba entre 1831 e 1850. Naquele período, nem todos os negócios alemães e suíços no Vale do Paraíba escravista foram de pequena escala. É justamente aí que reencontramos a trajetória de Wursten e companhia.

### 3. Rodolpho Wursten e o crime do século

Ao que tudo indica, Rodolpho Wursten se estabeleceu no Brasil em meados do século XIX como funcionário contábil a serviço da firma Precht & Ribeiro, da qual se tornou sócio em 1856. A firma, que pertencia ao alemão Guilherme Luiz Precht e ao português Victorino Rodrigues Ribeiro, tinha como principal negócio a exportação de café para diversos portos do Atlântico, do Mar do Norte, do Báltico e do Mediterrâneo.

Tratava-se de uma vigorosa rede de negócios, que se estendia de Nova Iorque à Cidade do Cabo, do Rio de Janeiro a Estocolmo, incluindo o trato com mercadorias diversas – até mesmo leões foram trazidos por essa

firma, do Sul da África para a Corte Imperial. Mas o café era, sem dúvida, o grosso de suas transações. Para se ter uma ideia das dimensões dessa rede, apenas no ano em que Wursten assumiu o negócio, 1857, foram registradas em periódicos da Corte exportações de café por essa firma utilizando navios de bandeira francesa, hamburguesa, sueca, inglesa, oldemburguesa, sarda, holandesa, belga, dinamarquesa, prussiana e bremense para exportar café para Havre, Cidade do Cabo, Gotemburgo, Londres, Canal, Hamburgo, Gênova, Amsterdam, Copenhagen e Bremen.<sup>11</sup>

Natural de Bremen, Precht chegou ao Rio de Janeiro em 1848, constando como exportador de café nesse porto de 1852 a 1856, quando retornou à Europa, deixando o negócio para seu ex-funcionário, Rodolpho Wursten. Contudo, para compreender a origem de sua ampla rede de negócios, é preciso situar que Precht havia herdado o empreendimento de seu sogro, o imigrante hanoveriano Frederico Frohlich, grande cafeicultor escravista desde o início da avassaladora expansão no Vale do Paraíba.

Segundo relato do viajante Ernst Ebel, Frohlich chegou ao Rio em 1812 e foi um dos pioneiros da cafeicultura na região, tornando-se, em 1824, quem “faz os maiores negócios” na crescente produção exportadora. Ebel, que era natural de Riga, atual capital da Letônia, e publicou seu relato em alemão, descreve que Frohlich morava numa casa “nova e magnífica” nas cercanias do palácio de São Cristóvão, onde residia a família imperial. Na casa, também descrita como palacete, Ebel (1942, p. 86, 137), afirma ter passado “as horas agradavelmente, junto de quase todos os alemães atualmente no Rio”.

Frohlich foi simultaneamente grande produtor escravista de café e grande exportador que ligou o Vale do Paraíba escravista a mais de uma dezena de portos do mundo. Quando ele vendeu sua fazenda Aldeia, em Cantagalo, em 1837, a propriedade incluía 130 pessoas escravizadas. Cinco anos depois de adquirida por três imigrantes franceses, a propriedade foi descrita em relato do príncipe Adalberto da Prússia como um estabelecimento exemplar. A visita havia sido a ele recomendada como “altamente interessante no que concernia á cultura do café”. Confirmando a fama da fazenda Aldeia, o príncipe descreveu uma *plantation* exportadora em rápida expansão, já contando com 170 escravizados produtivos, “sem

<sup>11</sup> Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal; Jornal do Commercio; Diário do Rio de Janeiro. 1857. (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional).

contar os filhos”, e 250 mil pés de café. Segundo esse relato, o valor pago a Frohlich, em 1837, pela fazenda e por seus 130 escravos já havia sido recuperado em cinco anos graças aos imensos lucros da produção de café (Adalberto, 2002). Principal região compradora dos mais de 700 mil pessoas ilegalmente traficadas para o Brasil após a lei de 1831, o Vale do Paraíba descrito no relato de 1842 era o espaço onde a maioria dos colonos suíços e alemães estabelecidos pioneiramente a partir de 1820 em Nova Friburgo vinha se tornando senhor de cafezais e de cativos.

Os lucros eram exorbitantes à medida da devastação e da superexploração da mão de obra escravizada, como é possível observar no relato da visita do príncipe à fazenda Aldeia. Interessado em registrar a “cultura e manipulação do café”, o príncipe descreveu a constante queimada de florestas e abandono das terras antigas pelos cafezais nessa propriedade. Em sua visita, observou “máquinas a vapor para secagem do café”, bem como “algumas instalações necessárias para a manutenção dos negros, que quase não se podem separar do conceito de fazenda”. Quanto ao grau de exploração desses trabalhadores, estimou, nas propriedades da região de Cantagalo, um escravizado para cada 1.000 a 1.500 pés de café, sendo que na fazenda Aldeia o índice beirava o teto: um para 1470. Importa notar que ao longo do tempo, esses índices aumentaram espantosamente na região. Menos de duas décadas depois, o diplomata suíço Johann Jakob von Tschudi estimava cerca de 3.800 pés por escravo de roça, na mesma Cantagalo. A tese de medicina do Reinhold Teuscher, *Algumas observações sobre a estadística sanitária dos escravos nas fazendas de café*, de 1853, estimou entre 5 mil e 6 mil pés de café por escravo (Marquese e Tomich, 2009). Imigrante alemão, o médico era responsável pelo atendimento a 900 escravizados das propriedades cafeicultoras do barão de Nova Friburgo, também localizadas em Cantagalo.

Ao visitar a enfermaria dos escravizados, um dos membros da comitiva do príncipe Adalberto, o Conde Bismark, notou a presença de uma mulher que acabara de dar à luz. Ouviu então de um dos proprietários da fazenda, que era também médico: “Dentro de dois dias voltará ao trabalho”. Os demais proprietários, ambos franceses, eram um “negociante de vinhos” e um “negociante de modas”. Tornados grandes empreendedores no principal espaço de expansão da escravidão nas Américas naquele contexto, os imigrantes se integraram à classe senhorial do Vale do Paraíba.

Durante a visita, o príncipe prussiano descreveu a sede da fazenda Aldeia como uma “espaçosa habitação” com um “bonito jardim”, onde se deparou com um círculo social “verdadeiramente francês”, conjunto que formava “um verdadeiro contraste com as selvas em volta”, causando uma impressão de “muito elegante”. Em suas palavras, “somente os negros e alguns negrinhos que brincavam com as crianças logo nos lembraram que não estávamos na Europa”. Na conversa com as senhoras francesas da fazenda, ele definiu o olhar que se tinha ali sobre os escravizados como “um ser intermediário entre o homem e os animais”. Segundo suas anfitriãs, “*Ils ne sont pas à la hauteur du mariage*”<sup>12</sup> e, portanto, “na Fazenda não deixavam nenhum negro casar!” (Adalberto, 2002, p. 128).

A passagem do príncipe Adalberto da Prússia à fazenda Aldeia nos revela, assim, um Vale do Paraíba escravista atravessado por empreendimentos escravistas de imigrantes de língua alemã e francesa.<sup>13</sup> Em especial, a trajetória que liga Frohlich, Precht e Wursten, além daquela dos três empreendedores franceses que adquiriram a propriedade.

Após a venda da fazenda Aldeia, os negócios internacionais de Frohlich não foram menores que seus investimentos na plantação escravista de café. Como vimos, em meados do século essa firma conectava portos da Europa, América e África. Em 1852, seu genro, Frederico Precht, tornou-se sócio de sua firma e, dois anos depois, com a morte de Frohlich, foi fundada a Precht & Ribeiro. Em 1859, essa firma encerrou suas atividades, deixando para Rodolpho Wursten sua ampla rede de negócios. Listado entre os negociantes estrangeiros da Corte desde 1857, Wursten se tornou conselheiro da Sociedade Philantrópica Suíça no ano seguinte. Em 1860, tornou-se também senhor de engenho de açúcar e aguardente em Paraty, com uma propriedade que adquiriu já produtiva, com 51 escravizados.

Um processo cível encontrado no Arquivo Nacional durante pesquisa em 2023 permite conhecer em detalhes a fazenda e engenho de Rodolpho Wursten adquirida em 1860. O trabalho com esse processo, que contém por exemplo a descrição dos 51 escravizados, com nome, sexo, idade, origem e ocupação, permitirá uma análise detalhada, tanto da

<sup>12</sup> Em tradução livre, “Eles não estão à altura do desafio do casamento”.

<sup>13</sup> Após concluir sua viagem, o autor do relato foi responsável pela organização e pelo comando da Marinha prussiana, fato que o celebrou muito mais que suas viagens.

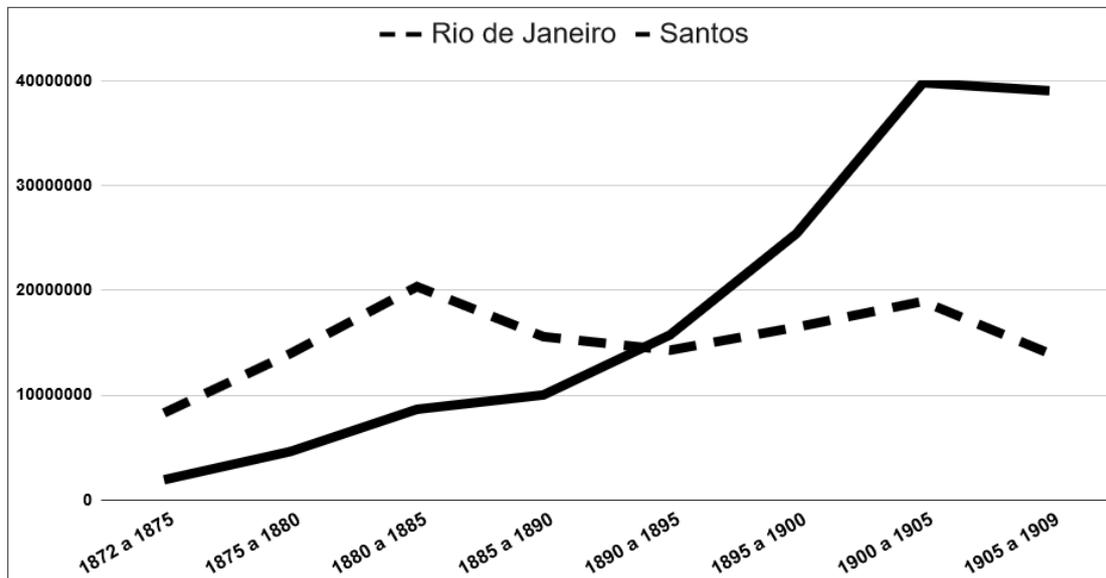
atuação de Wursten como senhor de engenho quanto sobre quem eram as pessoas que viviam sob seu domínio senhorial. Por ora, é possível afirmar que ao menos metade dos escravizados haviam sido traficados clandestinamente após 1831 e pertenciam à nação Inhambane, da África Oriental (AN, 1864).<sup>14</sup>

Presente em Santos desde pelo menos 1869, em 1870 Wursten fez viagem acompanhado pela mulher e seis escravos. Trata-se da única referência encontrada em que os escravizados o acompanharam, o que pode indicar uma mudança de residência, do Rio de Janeiro (com fazenda em Paraty) para o florescente porto paulista.

Durante a primeira metade do século XIX, Santos foi um porto de pouquíssima importância no contexto brasileiro. Até aquele momento, predominavam os portos do Rio de Janeiro, Salvador, Recife, São Luiz e Belém como os mais movimentados do país. Porém, a partir de 1850 e, de maneira mais acentuada, entre as décadas de 1880 e 1900, o rápido crescimento da *plantation* escravista de café no Oeste de São Paulo levou Santos a se tornar o segundo porto mais movimentado do Brasil, atrás apenas do Rio de Janeiro. Como podemos observar no gráfico a seguir, Santos ultrapassou o Rio de Janeiro nas exportações de café por volta de 1890 (vide o gráfico abaixo). O crescimento se deu num ritmo vertiginoso, considerando-se que até 1870 Santos não tinha praça comercial; até 1874 não tinha Associação Comercial; até 1884 não tinha associação de exportadores de café. Wursten não foi apenas um grande exportador, mas também protagonista nesses três momentos que marcam a transformação de Santos num porto global.

<sup>14</sup> Arquivo Nacional – Processo – Ano 1864, N. 51, Maço 1723 – José Cardoso de Menezes e Rodolfo Wursten.

Gráfico 2 – Exportação de café no Rio de Janeiro e em Santos, 1872-1909 – safras anuais (de julho a junho), sacas de 60k



Em 1870, Wursten foi um dos comerciantes que se organizaram para criar a praça do comércio em Santos. Contudo, ele manteve seus negócios no Rio de Janeiro, onde, também em 1870, abriu com Sebastião José Rodrigues de Azevedo a firma Azevedo e Comp., de comércio de comissões de exportação e de importação. Uma filial da firma Azevedo e Comp. foi aberta em Santos no mesmo ano.

Na década de 1870, seus negócios cresceram e se diversificaram na província de São Paulo. Em 1871, era acionista da Companhia Sorocabana, responsável por importante ferrovia de escoamento do café do Oeste da província para Santos. Em 1872, foi criada a Companhia de Seguros União Paulista, com sede em São Paulo, capital, sendo ele um dos diretores e responsável pela agência de Santos. Em 1874, foi fundador e um dos diretores eleitos da Associação Comercial de Santos. Nesse contexto, diversos negociantes estrangeiros descontentes com o resultado das eleições se retiraram de seu processo de fundação. Em 1875, fez propostas à Assembleia Geral da Companhia de Seguros União Paulista. A partir de 1876, foi mencionado como acionista do Banco Mercantil de Santos. Em 1877, atuava como correspondente comercial, em Santos, do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro.

Em 1877, foi um dos principais acusados pelo roubo da Alfândega de Santos, crime célebre que gerou grande impacto na época mas que

acabou sem que os culpados fossem estabelecidos. No mesmo ano, Wursten foi membro da “Comissão de socorros às vítimas das inundações em Portugal”, entrando em conflito com o cônsul português, que reprovou a iniciativa. A partir de 1879, além de permanecer na direção Companhia de Seguros União Paulista, ser acionista do Banco Mercantil de Santos e atuar em casa de Importação e Exportação, a firma R. Wursten & C. passou a ser listada entre as Casas de Comissão de Café e Algodão. As exportações de café de Santos para a Europa por essa firma cresceram ao longo dos anos seguintes, de maneira que entre 1881 e 1883 ele despontou como o maior exportador de café do porto de Santos. Essas exportações foram direcionadas, em mais de 89% dos casos, ao Norte da Europa, dividindo-se a fração restante entre Lisboa e portos do Mediterrâneo. As embarcações eram francesas (31,6%), alemãs (21,4%), norueguesas (20,1%), inglesas (16,5%), austríacas (4,6%) e italianas (4,5%).

Wursten foi também líder da criação de um sindicato em defesa dos interesses de fazendeiros e exportadores de café, em 1884, entre outras iniciativas. Nesse período, ele e sua esposa prosseguiram circulando entre Santos e Rio de Janeiro. Em 1881, foi mencionado como tendo sido elevado de grau na maçonaria.

Contudo, logo após chegar ao topo das exportações de café de Santos, Wursten parece ter deixado o Brasil. Em 1882 ele já havia embarcado com a esposa para a Europa, mas voltou a estar presente em Santos nos anos seguintes, na assembleia do Banco Mercantil de Santos em 1883 e na criação do “Sindicato do café”, em 1884.<sup>15</sup> Nas assembleias de 1884 e 1885, ele foi representado por procuradores, sendo que o último, Thiebaut, gerente de sua casa exportadora, faleceu em 1885. Em 1886, a firma Wursten e C. estava em processo de falência e, desde então, desaparecem da imprensa as referências a Rodolpho Wursten.

#### **4. O trabalho (escravo) tudo vence**

Ainda há muito o que investigar sobre a trajetória e as conexões locais, regionais e transimperiais que fizeram os grandes negócios de Frohlich, Precht e Wursten. Em especial, pretendo desenvolver uma análise pormenorizada das fazendas de Frohlich em Cantagalo e de Wursten

<sup>15</sup> *O Auxiliador da Indústria Nacional*, n. 1, 1884.

em Paraty, bem como do processo de construção da rede global de negócios que esses sujeitos manejaram. O exame da trajetória de Wursten traçado neste artigo aponta para diferentes aspectos da atuação de empreendedores escravistas de língua alemã no Brasil. Em primeiro lugar, a articulação de redes de negócios coloniais longamente construídas a partir de firmas, relações familiares e agentes consulares, das quais o ex-contador era em alguma medida herdeiro. Em segundo lugar, sua incansável atividade associativa em solo brasileiro, desde a Sociedade Filantrópica Suíça do Rio de Janeiro, passando pelas associações de caráter comercial e pela maçonaria em Santos, sendo Wursten um dos protagonistas da modernização desse porto e da organização de seus negociantes. Em terceiro lugar, as grandes e variadas oportunidades que a expansão da agricultura escravista no Brasil, sustentada em grande medida no tráfico clandestino, propiciou a empreendedores ativos e bem-articulados como Rodolpho Wursten.

Liberalismo econômico, ideal de progresso, empreendedorismo e associativismo eram a explicação do próprio Wursten para os tempos em que viveu – tempos gloriosos, ao menos de sua perspectiva. Em 1874, mesmo ano em que foi um dos fundadores da Associação Comercial de Santos, o empresário suíço-alemão discursou numa cerimônia em homenagem ao Visconde de Mauá naquele porto. A seu lado, além de negociantes brasileiros e estrangeiros, estava presente o comendador Nicolau Vergueiro, filho do célebre senador e pioneiro da imigração particular para as fazendas de café em São Paulo, que foi o primeiro a discursar. Wursten foi escolhido para falar em nome do “comércio estrangeiro” presente na cerimônia. Brindando ao lema latino *Labor omnia vincit*, “o trabalho tudo vence”, o empreendedor escravista destacou o passado do recém-agraciado Visconde de Mauá como simples funcionário de firma estrangeira de comércio exterior. Como vimos, essa trajetória de ascensão era também a do orador (Jornal do Commercio, 04 de julho de 1874).

Em sua narrativa sobre a ascensão de Irineu Evangelista de Souza, o agora Visconde de Mauá, Wursten destacou “seu espírito atilado e seu amor ao trabalho”. Tratava-se, como logo reconheceu o proprietário da firma inglesa que primeiro o empregou, de “uma destas naturezas dispostas à incessante luta de trabalho”.

Trabalhosa, porém rápida, foi sua carreira na referida casa, e ao mesmo tempo que se esforçava para desenvolver sua

instrução comercial, naquele tempo tão difícil, distinguiu-se por tal modo no árduo cumprimento de seus deveres, que em breve tempo galgou uma posição tão honrosa quanto lucrativa. Mais tarde, estabelecendo-se, foi ele um dos primeiros que conheceu a tendência social da nossa época em transformar os usos e costumes comerciais por meio de ASSOCIAÇÕES DOS CAPITAIS (Jornal do Commercio, 04 de julho de 1874; caixa alta no original).

Dentre os negócios que destacou na carreira do homenageado estavam a primeira ferrovia do país, um estabelecimento metalúrgico, o Banco do Brasil, a companhia de Iluminação a Gás na corte, a criação do estabelecimento bancário Mauá, Mac Gregor & C. com filiais no Rio da Prata, a empresa de navegação e colonização do Alto Amazonas e “a organização da empresa do cabo submarino”. Assim como Mauá, Wursten vinha investindo numa ampla gama de negócios ligados à expansão do complexo exportador do Sudeste, incluindo bancos, ferrovias, companhias de seguro, além da própria modernização do porto de Santos.

No discurso triunfante, feito num porto que se tornava global, Wursten afirmou que a vida do Visconde de Mauá “representa a LUTA CONSTANTE DA INICIATIVA INDIVIDUAL EM PROL DO PROGRESSO, E A PERSEVERANÇA E TINO EM VENCER OS OBSTÁCULOS”. Afinal, o empreendedor “FEZ-SE POR SI SÓ, e deu à mocidade um exemplo que o homem inteligente, constante e ativo pode aspirar as mais elevadas posições”. Assim, “com estas breves frases”, concluiu justificando o adágio em que firmou seu brinde: “*Labor omnia vincit*” (Jornal do Commercio, 04 de julho de 1874, caixa alta no original).

Promovendo ideias de livre iniciativa, trabalho e progresso, Wursten não deixava de coroar seu próprio triunfo. A acusação, três anos depois, de ter executado um dos maiores roubos da história do Brasil não necessariamente era verídica, mas os crimes muito maiores que fizeram sua trajetória estão sendo aos poucos demonstrados e compreendidos, em sua dimensão transimperial. Era o trabalho de gerações de pessoas escravizadas por Frohlich, Precht, Wursten e tantos outros empreendedores brasileiros e estrangeiros o segredo de suas gloriosas vitórias.

## Referências

- ADALBERTO, P. da P. Viagem para as margens do Paraíba do Sul. In *Brasil: Amazônia-Xingu*. Brasília: Senado Federal, p. 103-174, 2002.
- ALENCASTRO, L. F. de. O pecado original da sociedade e da ordem jurídica brasileira. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 87, jul. 2010.
- ARQUIVO DA IGREJA DE SÃO JOÃO BATISTA DE NOVA FRIBURGO. Livro I de Batismo.
- ARQUIVO NACIONAL (AN). Processo, ano 1864, n. 51, maço 1723. José Cardoso de Menezes e Rodolfo Wursten.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). Acervo Colonial/Provincial, Junta Comercial, Registro de Comércio (1868-1888). Livro 31. 80/43.
- BARROS, I. *Incentivizing births and female slave agency on a Swiss-owned plantation in Brazil from 1836 to 1851*. 2025 (no prelo).
- BARROS, I.; SCHÄR, B. C. *Un Patriciat impérial. Esclavage et réforme scolaire au 19ème siècle entre Bahia et Bern*. Traverse, édition thématique sur le Patriciat. Ed. Chronos. Submitted to the publisher 2024.
- BARROS, I.; LIMA, A. N. Geschichte dekolonisieren. Ein kritischer Beitrag zu einer globalen Schweizer Geschichte. In: *Handbuch Neue Schweiz*. [s. l]: Institut Neue Schweiz, 2021.
- BARTH, V.; CVETKOVSKI, R. (Orgs.). *Imperial co-operation and transfer, 1870-1930: empires and encounters*. Londres: Bloomsbury, 2015.
- BARTOLETTI, T. Global territorialization and mining frontiers in nineteenth century Brazil: Capitalist anxieties and the circulation of knowledge between British and Habsburgian imperial spaces, ca. 1820-1850. *Comparative Studies in Society and History*, v. 65, n. 1, p. 81-114, 2023.

BEZERRA, A. P. G. Da Europa à Aracati: as casas comerciais aracatienses na segunda metade do século XIX e a inserção de mercadorias estrangeiras na cultura local (1850 - 1910). XI SEMANA DE HISTÓRIA DA FECLESC – MEMÓRIAS E INSTITUIÇÕES: 30 ANOS DA FECLESC. Quixadá, 2013.

BRASIL. Biblioteca IBGE Recenseamento do Brazil em 1872. Rio de Janeiro, Typ. G. Leuzinger, 1874. 12 vols. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>>, último acesso em 12 de novembro de 2023.

BLUTEAU, R. Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaó V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu: Lisboa, Oficina de Pascoal da Sylva, 1712-1728.

BUNDESBLETT. Nr. 53; BB 1864, 230. Bericht des Bundesrates an den h. Nationalrat, betreffend Strafbestimmungen gegen Schweizer in Brasilien, welche Sklaven halten. V. 2, dez. 1864. Disponível em: <[https://www.fedlex.admin.ch/eli/fga/1864/3\\_230\\_\\_/\\_de](https://www.fedlex.admin.ch/eli/fga/1864/3_230__/_de)>. Acesso em: 25 fev. 2023.

CARMO, A. F. do. *Colonização e escravidão na Bahia: a Colônia Leopoldina (1850-1888)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2010.

DAVATZ, T. *Memórias de um colono no Brasil: 1850*. São Paulo: Livraria Martins, 1941.

EBEL, E. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

DAVID, T.; ETEMAD, B.; SCHAUFELBUEHL, J. M. *Schwarze Geschäfte. Die Beteiligung von Schweizern an Sklaverei und Sklavenhandel im 18. Und 19. Jahrhundert*. Zürich: Limmat Verlag, 2005.

FANNI, R. Temporalização dos discursos políticos no processo de independência do Brasil (1820-1822). Tese de doutorado (História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

FÄSSLER, H. *Reise in Schwarz-Weiss: Schweizer Ortstermine in Sachen Sklaverei*, Zürich: Rotpunktverlag, 2005.

FLUCK, M. R. Basler Missionare in Brasilien: Auswanderung, Erweckung und Kirchenwerdung im 19. Jahrhundert. Bern: Peter Lang, 2004.

GAMA, L. *Obras completas de Luiz Gama*. Parte 4: O roubo. V. 7: Crime (1877-1879). São Paulo: Editora Hedra, 2021.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL (HDBN). *Jornal do Commercio*, 183, 4 de julho de 1874.

HOFBAUER, A. Branqueamento e democracia racial: sobre as entranhas do racismo no Brasil. In: ZANINI, M. C. C. (Org.). *Por que 'raça'? Breves reflexões sobre a questão racial no cinema e na antropologia*. Santa Maria: EDUFMS, p. 151-188, 2007.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIROS (IHGB). Representação da comarca do Cantagallo contra a proposta do governo, relativo ao elemento servil, apresentada na câmara dos Srs. deputados pelo digno representante do 2º distrito da província do Rio de Janeiro, o Exm. Sr. Dr. Francisco Belizario Soares de Sousa. Arquivo do IHGB, coleção Senador Nabuco. DL 374.28. 1871.

JOYE, J. Anotações sobre a viagem dos migrantes suíços em 1819. Arquivado nos Arquivos de l'Etat, Fribourg-Suíça por Vera de Siqueira Jaccoud, 1819.

LENZ, S. E. As relações consulares da Prússia e das cidades hanseáticas com o Brasil negociadas no Rio de Janeiro, em 1827. *Revista Maracanan*, v. 2, n. 2, p. 57-87, 2014.

LIMA, A. N. Escravidão e liberdade nas experiências do colonialismo

suiço nas regiões de Nova Viçosa (BA), Nova Friburgo (RJ) e Campinas (SP) durante o século XIX. *Anais do 11º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2023.

LIMA, R. Conflitos de terra e quilombos na colonização do Rio de Janeiro (1808-1831). Tese de doutorado (História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013.

LYRA, H. J. B. Colonos e colônias: uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do século XIX. Dissertação de mestrado (História). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1982.

MARQUESE, R. B.; TOMICH, D. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: GRINBERG, K.; SALLES, R. (Orgs.). *O Brasil Imperial*. V. 2: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 339-384, 2009.

MARRETTO, R. M. A escravidão velada: a formação de Nova Friburgo na primeira metade do século XIX. Dissertação de mestrado (História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014.

MATTOS, I. R. de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses da construção da unidade política. *Almanack Braziliense*, n. 1, p. 8-26, 2005.

NARDI, J. B. A (des)montagem da indústria brasileira do fumo: o caso da Bahia (1808-1913). *IV Congresso Brasileiro de História Econômica e 5ª Conferência internacional de História de Empresas*. São Paulo, 2001.

NICOULIN, M. *La genèse de Nova Friburgo: émigration et colonisation suisse au Brésil 1817-1827*. Fribourg: Imprimerie Saint-Paul – Études et Recherches d'histoire Contemporaine. Série Historique-Éditions universitaires, 1973.

OLIVEIRA, V. A. de. Reflexões sobre a instituição das Forças Armadas da Capitania do Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1816. BNRJ Ms. I-33,50,35.

PINOJA, L. G. Chocolonialism: a colonial history of Swiss chocolate. Dissertação de mestrado (História). Geneva Graduate Institute. Geneva, 2024.

POZO, G. de P. dos S. Imigrantes irlandeses no Rio de Janeiro: cotidiano e revolta no primeiro reinado. Dissertação de mestrado (História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

PURTSCHERT, P.; FISCHER-TINÉ, H. (Orgs.). *Colonial Switzerland: Rethinking colonialism from the margins*. Basingstoke: Palgrave Macmillan/Cambridge Imperial and Post-Colonial Studies Series, 2015.

SALOMÃO, S. J. *Pretos, prussianos, índios e caipiras: culturas e invisibilidades históricas nos arredores da cidade de São Paulo: séculos XVIII e XIX: Biotrajatória*. Itapecerica da Serra: Edição do autor, 2021.

SANGLARD, G. *Nova Friburgo: entre o iluminismo português e a gênese bíblica*. PUC-RJ Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000.

SANTOS, B. A Capella do Senhor do Bonfim erecta em Aracaty. *Revista do Instituto do Ceará*, ano 31, 1917.

SCHÄR, B. C. *Les naturalistes: a la découverte de la suisse et du monde (1800-2015)*. Baden: Hier und Jetzt, 2015.

SCHÄR, B. C. *Tropenliebe: Schweizer Naturforscher undniederländischer Imperialismus in Südostasien um 1900*. Frankfurt am Main: Campus Verlag, 2015.

SCHNEIDER, L. *Die Politik des Bundes gegenüber projektierten Kolonisationsunternehmen in Argentinien und Brasilien: Ein Beitrag zur organisierten Auswanderung aus der Schweiz (1880-1939)*. Zürich: Geist und werk der Zeiten: Arbeiten aus dem Hist. Seminar Der Universität Zürich, 1997.

SCHRAMM CORREA, L. O resgate de um esquecimento: a colônia de Leopoldina. *GEOgraphia*, v. 7, n. 13, p. 87-111, 2010.

SEYFERTH, G. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, v. 53, p. 117-149, 2002.

VEYRASSAT, B. *Réseaux d'affaires internationaux, émigrations et exportations en Amérique Latine au XIXe siècle: le commerce suisse aux Amériques*. Genève: Librairie Droz – Publications du Centre d'histoire Économique Internationale de l'Université de Genève, 1994.

ZIEGLER, B. *Schweizer statt Sklaven: Schweizerische Auswanderer in den Kaffee-Plantagen von São Paulo (1852-1866)*. Stuttgart: Steiner-Verlag-Wiesbaden, 1985.

ZIEGLER, B. Schweizerische Kaufleute in Brasilien im 19. Jahrhundert. *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas*, v. 25, n. 1, p. 141-167, 1988.